

NESTA EDIÇÃO

Abrasca debate a disrupção do disclosure obrigatório de informações pelas companhias na primeira reunião da CINC, 2

**Boas práticas para sites de RI:
influência das ferramentas digitais, 3**

CMN regulamenta atuação das fintechs de crédito, 3

Desinvestimentos em fintech serão foco da próxima reunião da CINC – Comissão de Inovação Corporativa da Abrasca, 4

Prorrogada audiência pública sobre multas cominatórias, 4

A força das companhias abertas brasileiras, 4

Notas S&C, 5

Inscrições Abertas para o 20º Encontro de RI

Eletrobras passa a deter 49% da SPE Intesa

Azul anuncia contratações

Marfrig volta para o Ibovespa

Mês de abril tem 3º IPO na B3

Gente, 5

Fábio Alves na presidência da Chesf

Carlos Ambrosio assume presidência da Anbima

Ultra tem novo presidente do Conselho

V Encontro anual de mercado financeiro e de capitais, 5

Semana no Congresso, 5

Calendário do Conselho Diretor/Diretoria 2018, 8

Expediente

Sistema de Informação Abrasca às Companhias Abertas - SIA & CIA é editado pela Associação Brasileira das Companhias Abertas, São Paulo: Av. Brig. Luis Antônio, 2504 - Conj 151 - CEP 01402-000 - tel e fax (11) 3107-5557; Rio de Janeiro: Rua da Conceição, 105 - Salas 1304 e 1305 - CEP 20051-011 - tel (21) 2223-3656 - www.abrasca.org.br - abrasca@abrasca.org.br

Alfried Karl Plöger - Presidente do Conselho Diretor; Frederico Carlos Gerdau Johannpeter - 1º Vice-Presidente; José Salim Mattar Junior - 2º Vice-Presidente; Maurício Perez Botelho -

3º Vice-Presidente; Antonio D. C. Castro, Guilherme Setubal Souza e Silva, Henry Sztutman, João Roberto Massoco Júnior, Luiz Serafim Spínola Santos, Maria Isabel Bocater, Morvan Figueiredo Paula e Silva, Paulo Cezar Aragão - Diretores.

Eduardo Lucano da Ponte - Presidente Executivo; Ivanildi Lustosa de Sousa Augusto - Supervisora Financeira

É permitida a transcrição das matérias, desde que citada a fonte. Solicita-se a remessa de um exemplar da publicação.

Abrasca debate a disrupção do disclosure obrigatório de informações pelas companhias na primeira reunião da CINC

A Comissão de Inovação Corporativa – CINC fez sua primeira reunião no TozziniFreire Advogados e recebeu a RR Donnelley para debater formas de otimizar a prestação obrigatória de informações econômico-financeiras pelas companhias à CVM.

Na abertura da reunião, o gerente de Operações da **Abrasca**, Alexandre Fischer falou sobre a reorganização que a **Abrasca** está fazendo ao longo do biênio 2018 e 2019. Explicou que um dos principais objetivos é trazer a discussão sobre oportunidades e riscos nos movimentos de inovação corporativa para as Comissões Técnicas da Entidade. “Naturalmente a **Abrasca** vai seguir com as temáticas tradições relacionados à relações com investidores e o desenvolvimento do mercado de capitais, sobretudo conjuntamente com o IBRI (...) estaremos cada vez mais alinhando nossos posicionamentos”, pontuou Fischer.

Informou também que na última reunião da Diretoria da **Abrasca** foi demandado o debate sobre inovação corporativa e os desafios trazidos pela tecnologia blockchain: desde a utilização de moedas virtuais até suas aplicações na otimização de processos produtivos.

Na sequência, passou a palavra para o vice-presidente da Comissão, e sócio do TozziniFreire Advogados, Rodrigo Vieira que falou da importância de concretizar esse espaço de debate na **Abrasca**. Falou também da conexão cada vez mais forte das startups com a academia e que todas as companhias abertas estão de, alguma forma, pressionadas para se relacionar com o ecossistema de inovação corporativa. Rodrigo deu exemplos de preocupações das companhias como o caso de uma grande produtora de bebida alcoólica preocupada com o impacto do lançamento de uma nova série do Netflix sobre o padrão de consumo de bebidas em bares. Citou também o momento de mudança do relacionamento das

pessoas com carros. “Como atribuir responsabilidade objetiva em um acidente ao proprietário de um veículo autoguiado?”, indagou Rodrigo.

O vice-presidente da CINC citou também a preocupação com a formação de um mercado de saída para os investimentos em inovação que hoje está concentrado, sobretudo, em M&A com grandes empresas por conta de não termos uma cultura de mercado de capitais desenvolvida para tanto. A redução das assimetrias na capacidade de criar inovações, tornou mais fácil e barato se chegar a modelos relevantes, como exemplo o caso da “1 Dollar Shave Club” que fez parcerias na China para viabilizar um modelo em que o consumidor pagava 1 dólar por mês nos 6 primeiros meses e depois tinha de escolher uma das que tinha testado e o negócio foi vendido para a Gillette, após 1 ano por 1 bilhão de dólares pois já estava influenciando o mercado de lâminas de barbear.

Todavia, a percepção é a de que, em geral, as grandes empresas ainda estão um pouco perdidas, buscando como se posicionar e atuar com este tema e com as próprias startups. Além disso, muitas ainda estão buscando definições estratégicas como se caminham na direção de estruturar um CVC – Corporate Venture Capital, se atuam investindo diretamente nas startups, se criam programas próprios de seleção de oportunidades... Além disso, as companhias tem dúvidas sobre como tratar as elevadas taxas de insucesso dessas atividades, a mudança de cultura no modelo de investimento, além das questões de entendimento contábil e tributário.

“... seria muito interessante ter um ambiente para discutir esses tópicos além de criar um link das companhias abertas com os escritórios, investidores anjos, fundos e os empreendedores para fomentar a real criação de um polo no país em que este ecossistema rode, existam saídas e funcione afetando positivamente a sociedade brasileira e permitindo as grandes empresas de se adaptarem a esta cultura e transformação. Já faz algum tempo que discutimos, inclusive eu e o Rafael Sasso, e achamos que esse é o principal propósito da criação e da importância dessa Comissão”, concluiu Rodrigo.

Para apoiar o projeto da **Abrasca** [abertas+SIMPLES] a CINC convidou para essa primeira reunião a RR Donnelley para falar do desenvolvimen-

to da ferramenta ActiveDisclosure, criada originalmente para atender ao reporte das companhias à SEC e que está sendo adaptada, através de engenharia reversa, para facilitar o reporte de informações das companhias brasileiras à CVM, funcionando como uma interface para o Empresas.Net.

Na sequência, Alex Salz da RR Donnelley fez a apresentação da ferramenta e debateu com os participantes seus desafios e potenciais no auxílio da redução de fricção no reporte regulatório no país e também no reporte concomitante de diversos reguladores, não apenas no Brasil mas em múltiplas jurisdições. O objetivo que está sendo buscado é de estruturar o reporte de informações aos reguladores através de single source – uma única fonte de informação sendo acessada para atender aos diversos formatos exigidos pelos reguladores. A íntegra da apresentação pode ser acessada pelo link: <https://goo.gl/zzDKEv>.

Ao final, foram debatidos os próximos passos e eventuais temas de importância para o âmbito da comissão. Rafael Sasso, coordenador das atividades da CINC, sugeriu e foi aprovado a organização de um levantamento junto às associadas para identificar quem são os profissionais envolvidos no assunto dentro dessas organizações.

Rodrigo Vieira também sugeriu que a consulta envolva identificar grandes temas de interesse para que sejam debatidos na CINC. Alguns exemplos foram identificados já junto aos participantes da reunião, como as aplicações não financeiras do blockchain, que tem ampla possibilidade de utilização nas organizações.

Rodrigo aproveitou as companhias presentes para solicitar a indicação de profissionais de inovação para entrarem em contato com a Comissão, para informar como a companhia está se posicionando e o que está buscando. Isso ajudará a encontrar as empresas e promover aproximação.

Ao final da reunião foi definido que os próximos debates serão sobre: (a) desinvestimento em startups – as portas de saída para investidores-anjo e para os fundos de private equity; e (b) as questões legais e culturais envolvidas no intra-empendedorismo que são aquelas iniciativas de inovação desenvolvidas internamente nas organizações.

Rodrigo Vieira agradeceu a participação de todos e encerrou a reunião.

Boas práticas para sites de RI: influência das ferramentas digitais

No universo das relações com investidores, uma estratégia de comunicação de sucesso vai além do fornecimento de dados e fatos sobre a companhia. Para que a mensagem transmitida permaneça na memória de cada indivíduo por um longo tempo, a informação tem que ser facilmente digerida e provocar respostas não apenas racionais mas também emocionais. Neste ponto, as ferramentas digitais podem ser um grande aliado. Abaixo são listadas algumas dicas de como usá-las a seu favor:

1) Conte sua história

Em primeiro lugar, deixe bastante clara sua tese de investimento para investidores em potencial: Por que investir? Quais os pilares do seu modelo de negócios? Como você cria valor de forma única? Essas e outras perguntas chave devem estar respondidas no seu site por meio de uma narrativa coesa e transparente. Assim, você criará consistência entre sua marca e as estratégias de curto e longo prazos da empresa. Sites opacos ou com pouca informação trazem mais prejuízo que benefícios. Podem facilmente abrir as portas para que terceiros criem uma narrativa em seu nome, como investidores ativistas.

2) Dê às pessoas o que elas querem

Crie espaços com conteúdo bem definido no site, de modo que analistas e investidores possam encontrar, de forma intuitiva e rápida, informações sobre ações, documentos financeiros, material sobre governança corporativa ou qualquer outro dado. Para conveniência dos "visitantes", crie opções de download dos arquivos em formatos usados com mais frequência, como Excel.

3) Use conteúdo interativo

Ferramentas digitais modernas são capazes de retratar fatos e dados complexos de forma compreensível e precisa. Abaixo estão algumas sugestões de como usá-las.

Ferramentas financeiras: gráficos interativos permitem aos investidores comparar dados de anos anteriores, por exemplo. Outra dica é disponibilizar gráficos com desempenho das ações integrados com comunicados ou releases para imprensa divulgados pela companhia (Ex: resultados trimestrais, compra de ativos e distribuição de dividendos). Um glossário, com abreviações

relevantes ou termos técnicos usados pela empresa também ajuda a esclarecer dúvidas dos investidores. Por fim, uma calculadora pode auxiliá-los a computar ganhos em períodos definidos, incluindo ou não dividendos.

Ferramentas de mídia: dê voz e cara a seus diretores e gerentes. Use vídeos para mostrar discursos relevantes dos líderes da empresa e permita que eles relembram planos e metas para os próximos anos. Também os estimule a enfatizar características únicas da trajetória da companhia e suas ações. O contato pessoal ajuda na construção da confiança e da empatia, dois valores fundamentais especialmente em situações de crise.

Design amigável: todo o conteúdo do site de RI deve ser exibido em design adaptável a qualquer dispositivo e formato móveis. Conteúdos ilegíveis ou inapropriados para determinado dispositivo podem fazer com que o investidor desista de navegar no seu site. Outra vantagem do design amigável é que eles são os preferidos nas buscas do Google, ampliando sua base de leitores.

4) Aprenda sobre os usuários

Para obter sucesso na tarefa de conectar acionistas e investidores ao departamento de RI é preciso entender seu comportamento. Já há ferramentas que podem ajudá-lo a fazer isso, como Google Analytics, Piwik ou etracker. Elas vão além de simplesmente coletar dados numéricos, como número de visualizações do site. É possível saber quanto tempo o visitante ficou na área de RI do site, quais documentos foram baixados e quais as páginas mais vistas. Essas informações podem ajudar a apontar quais as áreas do site que precisam ser melhoradas. Entender como os visitantes entram no site também auxilia na busca por otimização. Se a maior parte deles chega por tráfego indireto, isso pode indicar que a arquitetura ou navegação do site precisa ser melhorada para aprimorar os resultados da busca.

5) Sucesso depende de sinergia

Mesmo os recursos de ponta ou os vídeos de elevada qualidade não substituem a necessidade de seu site ter conteúdo atual e informativo. Por isso, fazer análises continuamente é necessário para avaliar pontos fortes e fracos, bem como as estratégias bem e malsucedidas.

Saiba mais em:
<https://goo.gl/JaKV7m>.

CMN regulamenta atuação das fintechs de crédito

O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou em 26 de abril a Resolução nº 4.656 regulamentando a atuação de empresas de tecnologia que oferecem produtos e serviços financeiros no mercado de crédito, conhecidas como fintechs de crédito. O objetivo, segundo o CMN, é dar maior segurança jurídica a essas operações e criar condições para a participação de novas instituições neste segmento, o que pode reduzir o custo do crédito no país.

De acordo com a Resolução, as fintechs podem atuar em uma de duas opções: Sociedade de Crédito Direto (SCD) ou Sociedade de Empréstimo entre Pessoas (SEP). A SCD caracteriza-se pela realização de operações de crédito, por meio de plataforma eletrônica, com recursos próprios.

Já as SPE poderão realizar operações de crédito entre pares, conhecidas no mercado por peer-to-peer lending. Nessas operações eletrônicas, a instituição se interpõe na relação entre credor e devedor, realizando uma clássica operação de intermediação financeira.

O CMN estabeleceu capital mínimo de R\$ 1 milhão para as fintechs de ambos os tipos poderem operar. Na modalidade peer-to-peer, cada credor poderá emprestar até R\$ 15 mil para um tomador. Este, no entanto, poderá contrair vários empréstimos de R\$ 15 mil com credores diferentes. A SEP não pode operar com recursos próprios, apenas fazer a intermediação entre empresário e tomador.

Veja a íntegra da Resolução nº 4.656 em:
<https://goo.gl/TejPKC>.

Desinvestimentos em fintech serão foco da próxima reunião da CINC – Comissão de Inovação Corporativa da Abrasca

Após decreto de liquidação extrajudicial do ex-Banco Pottencial, Fintech Neon Pagamentos faz acordo operacional com o Banco Votorantim

No último final de semana, foi firmada parceria entre a fintech Neon Pagamentos e o Banco Votorantim, visando viabilizar a continuidade das operações da start-up após a liquidação do Banco Neon na última sexta-feira, 04 de maio quando o BACEN decretou a liquidação extrajudicial do Banco Neon, antigo Banco Pottencial.

Segundo nota à imprensa “A supervisão do Banco Central do Brasil constatou o comprometimento da situação econômico-financeira, bem como a existência de graves violações às normas legais e regulamentares que disciplinam a atividade da instituição.”

O Neon opera sob a carta patente do antigo Banco Pottencial, um banco de Belo Horizonte pertencente a família Geo que fez um acordo operacional com a empresa Neon Pagamentos (antiga Controlly), do empreendedor Pedro Conrade que não possui, segundo o BACEN, nenhuma ação do Banco Neon. Já os controladores do banco, possuem uma participação minoritária na Neon Pagamentos.

Na prática, “Nenhuma fintech está sendo liquidada, e inclusive todas as operações da Neon Pagamentos estão sendo preservadas,” o Banco Central disse ao Brazil Journal. “Ela é livre para buscar outras parcerias com outras instituições financeiras.”

O anúncio do BACEN sobre a decretação causou espanto por vir horas depois da Neon Pagamentos anunciar a conclusão de uma nova rodada de investimentos de R\$ 72 milhões dos investidores Propel Ventures, Monashees, Quona, Omydiar Network, Tera Capital, family office do Patria Investimentos, e a Yellow Ventures. Como a imprensa reportou como um aporte no Banco Neon, isso acabou causando confusão. Segundo o BACEN, o aporte sequer teve que ser aprovado pois o Neon “não é uma instituição financeira regulada pelo banco, e sim uma

empresa de tecnologia.” Link BACEN: <https://goo.gl/LbqtGY>.

A ABFintechs, (Associação Brasileira de Fintechs) se manifestou sobre o ocorrido na nota abaixo:

COMUNICADO OFICIAL

Posicionamento da ABFintechs (Associação Brasileira de Fintechs) sobre a liquidação extrajudicial do Banco Neon S.A. decretada pelo Banco Central do Brasil nesta sexta-feira (4/05/2018)

A ABFintechs (Associação Brasileira de Fintechs), por meio deste comunicado, ressalta o impacto social positivo gerado pelo acesso à inovação no segmento de serviços financeiros no Brasil e acredita que as fintechs brasileiras vêm conquistando, nos últimos anos, a confiança e a credibilidade do mercado nacional. Essa convicção é resultado de um trabalho sério e responsável no oferecimento de serviços financeiros, com idoneidade, agilidade e custos mais acessíveis.

De acordo com o comunicado oficial emitido pela fintech Neon Pagamentos S.A nesta tarde, a liquidação extrajudicial anunciada pelo Banco Central não recaiu sobre a fintech Neon Pagamentos S.A e sim sobre o Banco Neon S.A. (antigo Banco Pottencial), com o qual a fintech tem acordos operacionais. A ABFintechs tem a expectativa de que a situação do banco seja esclarecida, preservando os direitos e a tranquilidade dos clientes da fintech Neon Pagamentos S.A.

A Associação, com 463 associadas, preza pelas boas práticas de mercado e representa os interesses das fintechs em órgãos de regulamentação. A ABFintechs ressalta que o mercado brasileiro de fintechs encontra-se em ascensão e que o setor segue oferecendo serviços financeiros para a população, de forma segura e estável.

Prorrogada audiência pública sobre multas cominatórias

Conforme havia sido solicitado pela Abrasca, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) prorrogou, até o dia 18/5/2018, o prazo para recebimento de sugestões e comentários da Audiência Pública SDM nº 01/2018. A minuta propõe alterações na Instrução CVM 452, que trata de multas cominatórias, bem como ajustes pontuais na Deliberação CVM 463, que dispõe sobre o procedimento de recurso ao Colegiado de decisões emitidas pelos Superintendentes da Autarquia.

A Abrasca vai se manifestar sobre o assunto e aguarda comentários e observações das associadas. As companhias também podem enviar diretamente suas observações até 18/5/2018 para o email audpublicaSDM0118@cvm.gov.br ou encaminhar o documento ao endereço: Rua Sete de Setembro, 111 – 23º andar – Centro – Rio de Janeiro-RJ.

Mais informações, acesse o **edital da Audiência Pública SDM 01/2018 e o aviso de prorrogação** no link: <https://goo.gl/oNZiet>.

A força das companhias abertas brasileiras

Alfried Plöger avalia que investidores locais e internacionais mantiveram posições, apesar da instabilidade política

O presidente do Conselho Diretor da Abrasca, **Alfried Plöger** foi entrevistado na edição de Março da **Revista da Reputação**. Ele reconheceu a dificuldade institucional com a instabilidade política e denúncias contra algumas empresas brasileiras, em 2017. No entanto, é convicto ao afirmar que os investidores locais e internacionais mantiveram posições e não se deixaram afetar nos negócios com a grande maioria das companhias nacionais.

A entrevista do presidente, reproduzida no Sia & Cia 1389, foi republicada dia 27 de abril no site da Aberje (Associação Brasileira de Comunicação Empresarial). Acesse aqui: <https://goo.gl/F9wtjW>.

Notas S&C

Inscrições Abertas para o 20º Encontro de RI

Estão abertas as inscrições para o maior evento de Relações com Investidores da América Latina, que será realizado nos dias 20 e 21 de junho em São Paulo. Serão discutidos vários temas relevantes para os profissionais de RI e o mercado de capitais entre eles: O futuro do mercado de capitais no Brasil – o que é necessário para aumentar o número de companhias abertas? Board level e a criação de valor para os acionistas; O futuro de relações com investidores e a governança corporativa; Simplificação das obrigações de prestação de informações das companhias; e Mifid II – mudanças no buy side e impactos e desafios para o RI. Informações: Abrasca – (11) 3107-5557 ou IBRI – (11) 3106-1836.

Eletrobras passa a deter 49% da SPE Intesa

A empresa informou em comunicado que a Eletrobras holding passou a deter 49% das ações da SPE Intesa que pertenciam às subsidiárias Eletronorte e CHESF. Segundo a empresa, a operação está vinculada ao Plano Diretor de Negócios e Gestão e tem por objetivo a quitar as dívidas dessas subsidiárias junto à Eletrobras.

Azul anuncia contratações

A empresa informou que pretende contratar mais de 500 funcionários até o fim deste ano, diante das perspectivas de aumento da demanda e inclusão de novos destinos. Em março, a demanda de passageiros por voos da Azul cresceu 10% em relação ao mesmo período do ano passado, impulsionada pelo salto da procura por voos internacionais.

Marfrig volta para o Ibovespa

A B3 divulgou a terceira prévia da carteira teórica do Ibovespa, que vai vigorar de maio a agosto. A novidade foi a volta das ações da Marfrig, que tinham saído nas duas prévias anteriores. A prévia do Ibovespa registra a entrada de BTOW3 (B2W DIGITAL ON), CVCB3 (CVC ON) e GOLL4 (GOL PN), totalizando 67 ativos de 64 empresas.

Os cinco ativos que apresentaram o maior peso na composição do índice são: Vale ON (11,228%), Itauunibanco

PN (10,440%), Bradesco PN (7,734%), AMBEV S/A ON (7,056%) e Petrobras PN (6,733%). Para conhecer as metodologias dos índices, acesse www.bmfbovespa.com.br.

Mês de abril tem 3º IPO na B3

O Banco Inter realizou o IPO na B3, captando R\$ 722 milhões na sua oferta inicial de ações. Controlado pela família Menin (da construtora mineira MRV), é a primeira fintech a abrir o capital na bolsa brasileira e negocia com os tickers BIDI4 e BIDI11.

Esta é a terceira abertura de capital – e todas no mês de abril – neste ano. As outras duas, como já noticiamos, foram Hapvida (HAPV3) e NotreDame Intermédica (GNDI3). Em 2017 a B3 registrou 10 IPO's.

Gente

Fábio Alves na presidência da Chesf

O ex-secretário de Energia Elétrica do Ministério de Minas e Energia, **Fábio Lopes Alves**, assumiu a presidência da Chesf, subsidiária da Eletrobras na região Nordeste. Ele substituiu Coelho Filho, que entregou o cargo para disputar um cargo eleitoral. O engenheiro, que teve passagens pela elétrica Celpe, de Pernambuco, e pela própria Chesf, foi nomeado para o ministério em maio de 2016.

Carlos Ambrosio assume presidência da Anbima

O presidente da Claritas Administração de Recursos, **Carlos Ambrósio**, foi eleito no dia 27 de abril presidente da Anbima para o mandato 2018/2020. O executivo substituiu a Robert van Dijk que depois de cumprir o mandato de dois anos deixa a entidade para se dedicar integralmente às atividades no Banco Votorantim. Foram eleitos também os vice-presidentes: Carlos André, da BB DTVM, Flavio Souza, do Itaú Unibanco, Luiz Sorge, do BNP Paribas, Miguel Ferreira, do Santander, Pedro Lorenzini, do Citibank, Ricardo Almeida, do Bradesco, e Sergio Cutolo, do BTG Pactual.

Ultra tem novo presidente do Conselho

O Conselho de Administração do Grupo Ultra decidiu, no último dia 2, pela eleição de **Pedro Wongtschowski** para sua presidência. Ele sucede a Paulo Cunha, que ocupava a posição desde

1988. A eleição ocorreu imediatamente após Cunha anunciar a decisão de renunciar ao assento no Conselho e concluir o processo desta sucessão.

Em reconhecimento a suas contribuições, o Conselho de Administração nomeou Cunha para a posição honorífica e vitalícia de Presidente Emérito.

Wongtschowski ingressou na diretoria do Ultra em 1985, sendo diretor-presidente executivo entre 2007 e 2012 e, desde 2013, tem cadeira no Conselho de Administração.

V Encontro anual de mercado financeiro e de capitais

O associado da **Abrasca Mattos Filho** convida para o café da manhã “V Encontro anual de mercado financeiro e de capitais”.

O evento acontece dia 18 de maio, das 8h às 11h30, no Hotel Unique (Av. Brigadeiro Luís Antônio, 4700, São Paulo)

Agenda:

Painel 1 – Cenário político e eleições 2018 – Vera Magalhães

Painel 2 – Retrospectiva: Discussão sobre alterações legais, regulamentação, decisões do Colegiado da CVM e outros acontecimentos relevantes - Sócios do Mattos Filho

Painel 3 – Tendências e oportunidades: Apresentação e discussão das principais tendências do mercado financeiro e de capitais – Sócios do Mattos Filho

Inscriva-se aqui: <https://goo.gl/L5sULq>.

Semana no Congresso

Segue a pauta das atividades legislativas da Câmara e do Senado selecionada pelo associado **Cescon, Barriou, Flesch & Barreto Advogados** para a semana de **07 a 11 de maio de 2018**:

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Comissões

Comissão Especial do Projeto de Lei nº 9.463/2018 – Desestatização da Eletrobrás

• **Audiência Pública. Modelo de Privatização da Eletrobrás.** A Comissão Especial realiza em 8 de maio, às 14h30, audiência pública para debater o modelo de privatização das Centrais Elétricas Brasileira S.A. – Eletrobrás. Foram convidados os senhores Thiago Curi Isaac (superintendente de desenvolvimento de empresas da Brasil Bolsa Balcão – B3), Bruno César de Paiva e Silva (representante dos Empregados no Conselho de Administração da Petrobras Distribuidora S/A), Felipe Sousa Chaves (ex-conselheiro de administração da Furnas Centrais Elétricas) e a senhora Patrícia Bolina Pellini (superintendente de regulação, orientação e enforcement de emissor da Brasil Bolsa Balcão – B3).

• **Audiência Pública. Privatização da Eletrobrás.** A Comissão Especial realiza em 11 de maio, às 14h30, audiência pública para debater a desestatização das Centrais Elétricas Brasileira S.A. – Eletrobrás, bem como os reflexos na prestação de serviços à população do Distrito Federal. Foram convidados os senhores Mauro Martineli (diretor de distribuição da Companhia Energética de Brasília – CEB), Ikaro Chaves (representante do sindicato dos Urbanitários no DF – STIU), Nelson Hubner (ex- ministro de Minas e Energia), Roberto Piscitelli (professor de Finanças Públicas da UNB) e a senhora Fabíola Antezana (representante do Coletivo Nacional dos Eletricistas).

Comissão Especial do Projeto de Lei nº 6.621/2016 – Agências Reguladoras

• **Audiência Pública. Agências Reguladoras.** A Comissão Especial realiza em 8 de maio, às 14h30, audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 6.621/2016 que trata da gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das Agências Reguladoras. Foram convidados os senhores Tasso Jereissati (senador), Bruno Dantas (ministro do Tribunal de contas da União), José Elaeres Marques Teixeira (subprocurador-geral da República), João Manoel Pinho De Mello (secretário de Promoção da Produtividade e Advocacia da Concorrência do Ministério da Fazenda), Marcelo Pacheco Dos Guarany's (subchefe de Análise e Acompanhamento de Políticas Governamentais da Casa Civil) e José Vicente Santos De Mendonça (coordenador do Laboratório de Regulação Econômica da UERJ).

• **Audiência Pública. Agências Reguladoras.** A Comissão Especial realiza em 9 de maio, às 14h30, audiência pública para debater o Projeto de Lei nº 6.621/2016 que trata da gestão, a organização, o processo decisório e o controle social das Agências Reguladoras. Foram convidados os senhores Fernando Scharlack Marcato (advogado e professor da FGV-SP), Otávio Luiz Rodrigues Junior (professor de Direito da USP) e a senhora Patrícia Sampaio (professora da Escola de Direito da FGV-RJ).

Comissão Especial do Projeto de Lei nº 3.139/2015 – Seguros Privados

• **Seguros Privados.** A Comissão Especial realiza em 8 de maio, às 14h30, reunião deliberativa para apreciação e votação do relatório do deputado Vinícius Carvalho (PRB-SP) no Projeto de Lei nº 3.139/2015, que trata dos requisitos para que as sociedades anônimas e as cooperativas atuem no mercado de seguros.

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (“CCJC”)

A CCJC realiza em 8 de maio, às 14h30, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

• **Rádiodifusão. Alterações Societárias.** O Projeto de Lei nº 2.088/2015 altera o Código Brasileiro de Telecomunicações para tratar das alterações societárias de empresas prestadoras de serviços de radiodifusão. O relator desse projeto é o deputado Hiran Gonçalves (PP-RR). **Acesse em:** <https://goo.gl/c4ikFS>.

Comissão Especial do Marco Regulatório da Economia Colaborativa

• **Audiência Pública. Economia Colaborativa.** A Comissão Especial realiza em 8 de maio, às 15h30, audiência pública para debater o transporte de cargas, locação e compartilhamento de veículos no âmbito da economia colaborativa. Foram convidados os senhores Paulo Miguel Jr. (presidente da Associação Brasileira das Locadoras de Automóveis – Abila), Ricardo Goldani Altmann (conselheiro consultivo do aplicativo digital TruckPad), Paulo Saab (presidente executivo da Associação Nacional de Empresas de Aluguel de Veículos e Gestão de Frotas – Anav), Gustavo Gracitelli (representante da Bynd Serviços de Tecnologia Ltda), Lucas Grossi (gerente geral da Shippify

Brasil) e as senhoras Tamy Lin (representante do aplicativo Moobie) e Luísa Carneiro (membro da Comissão de Assuntos Jurídicos da Anav).

Comissão de Viação e Transportes (“CVT”)

• **Seminário. Transporte Rodoviário de Cargas.** A CVT realiza em 9 de maio, às 9 horas, seminário para debater o transporte de cargas no Brasil. Foram convidados os senhores Rodrigo Maia (presidente da Câmara dos Deputados), Domingos Sávio (presidente da Comissão de Viação e Transportes), Gonzaga Patriota (deputado), Eunício Oliveira (presidente do Senado Federal), Valter Casimiro Silveira (ministro dos Transportes, Portos e Aviação Civil), Marcelo Vinaud Prado (representante da ANTT), Clésio Andrade (presidente da Confederação Nacional do Transporte – CNT), José Helio Fernandes (presidente da Associação Nacional do Transporte de Cargas e Logística – NTC&Logística), Diomar Bueno (presidente da Confederação Nacional do Transportador Autônomo – CNTA), Guilherme Cunha Costa (presidente da Associação Brasileira de Relações Institucionais e Governamentais – ABRIG), Laércio Oliveira (Confederação Nacional do Comércio – CNC), Emerson Casali (diretor de Relações Institucionais da CBPI Produtividade Institucional), Valdete Marinheiro (advogada tributarista), Nilson Leitão (deputado), Marcos Aurélio Ribeiro (diretor jurídico da NTC&Logística), Jorge Côrte Real (deputado), Narciso Figueirôa Júnior (advogado), Rafael Thomaz Favetti (advogado), Roberto Mira (coordenador da Área de Segurança da NTC&Logística), Coronel Souza (assessor de segurança da NTC&Logística), Rafael Barcia Sarnelli Lopes (delegado de Polícia Fazendária do Estado do Rio de Janeiro), Máximo Alves Barbosa Filho (secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo), Eduardo Rebuszi (presidente da Federação do Transporte de Cargas do Estado do Rio de Janeiro – FETRANSCARGA), Reniton Santos Pimentel Serra (delegado de Polícia Federal) e Renato Dias (diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal).

Comissão de Defesa do Consumidor (“CDC”)

• **Audiência Pública. Planos de Saúde.** A CDC realiza em 9 de maio,

às 9h30, audiência pública para debater o aumento no valor dos planos de saúde em percentual muito acima da inflação, a cobrança de franquia e coparticipação em consultas e exames e a indicação de diretor para a Agência Nacional de Saúde Suplementar (“ANS”). Foram convidados os senhores Gilberto Magalhães Occhi (ministro de estado da Saúde) e Leandro Fonseca da Silva (diretor-presidente da Agência Nacional de Saúde Suplementar).

Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços (“CDEICS”)

A CDEICS realiza em 9 de maio, às 9h30, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

• **Simplificação de Registro e Legalização Empresarial.** O Projeto de Lei nº 8.239/2017 altera a Lei nº 11.598/2007 (Lei que cria a Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – REDESIM) para estabelecer prazo para extinção dos registros do empresário ou da pessoa jurídica em todos os órgãos integrantes da REDESIM, após a baixa do registro no órgão executor do registro empresarial ou civil. O relator desse projeto é o deputado Helder Salomão (PT-ES). **Acesse em:** <https://goo.gl/Cpl2wP>.

• **Sociedade por Ações. Acesso a Lista de Acionistas.** O Projeto de Lei nº 6.480/2016 altera a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976 (Lei das Sociedades por Ações) para prever o direito de acesso à lista de acionistas. O relator desse projeto é o deputado Covatti Filho (PP-RS). **Acesse em:** <https://goo.gl/PcTS5f>.

Comissão de Finanças e Tributação (“CFT”)

A CCTCI realiza em 9 de maio, às 10 horas, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, o seguinte projeto:

• **Sociedades Anônimas. Assembleia de Acionistas.** O Projeto de Lei nº 6.962/2010 altera a Lei das Sociedades Anônimas para estabelecer a obrigatoriedade da participação das Assembleias de Acionistas no conhecimento prévio das chamadas de operações com partes relacionadas e nas operações que envolvam conflitos de interesses da companhia. O relator desse projeto é o deputado Lindomar Garçon (PRB-RO). **Acesse em:** <https://goo.gl/U36UBZ>.

Comissão Especial do Projeto de Lei nº 1.572/2011 – Código Comercial

• **Código Comercial.** A Comissão Especial realiza em 9 de maio, às 14h30, reunião deliberativa para apreciação e votação do relatório do deputado Paes Landim (PTB-PI) no Projeto de Lei nº 1.572/2011 que institui o código comercial.

SENADO FEDERAL

Comissões

Subcomissão Temporária do Estatuto do Trabalho (“CDHET”)

• **Audiência Pública. Processo Trabalhista.** A CDHET realiza em 8 de maio, às 9 horas, audiência pública para debater o Direito Processual do Trabalho. Foram convidados os senhores Guilherme Guimarães Feliciano (presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho – ANAMATRA), Alex Myller (auditor fiscal do trabalho – Delegado Sindical no Piauí), a senhora Ana Paula Alvarenga Martins (juíza do trabalho - TRT15) e representantes da OAB, Associação Brasileira de Advogados Trabalhistas (ABRAT), Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e Ministério Público do Trabalho (MPT).

Comissão de Assuntos Econômicos (“CAE”)

A CAE realiza em 8 de maio, às 10 horas, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

• **Dados Pessoais.1.** O Projeto de Lei do Senado nº 330/2013 dispõe sobre a proteção, o tratamento e o uso dos dados pessoais. O relator desse projeto é o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES). **Acesse em:** <https://goo.gl/Dt5RZD>.

• **Dados Pessoais.2.** O Projeto de Lei do Senado nº 131/2014 trata do fornecimento de dados de cidadãos ou empresas brasileiras a organismos estrangeiros. O relator desse projeto é o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES). **Acesse em:** <https://goo.gl/Dt5RZD>.

• **Dados Pessoais.3.** O Projeto de Lei do Senado nº 181/2014 estabelece princípios, garantias, direitos e obrigações referentes à proteção de dados pessoais. O relator desse projeto é o senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES). **Acesse em:** <https://goo.gl/G14gqx>.

Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (“CCT”)

• **Audiência Pública. Outorga de Serviços de Telecomunicação.** A CCT realiza em 8 de maio, às 14h30, audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara nº 79/2016 que altera a Lei Geral de Telecomunicações, para permitir a adaptação da modalidade de outorga de serviço de telecomunicações de concessão para autorização. Foram convidados os senhores André Müller Borges (secretário de telecomunicações do Ministério da Ciência, Tecnologia - MCTIC), Juarez Quadros do Nascimento (presidente do Conselho Diretor da Agência Nacional de Telecomunicações), Ivan André Pacheco Rogedo (secretário da Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Hídrica, de Comunicações e de Mineração do Tribunal de Contas da União), Marcos Urupá (coordenador do Interozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social), Carlos Duprat (diretor-Executivo do Sindicato Nacional das Empresas de Telefonia e de Serviço Móvel Celular e Pessoal – SindiTeleBrasil), Paulo Tonet Camargo (presidente da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e de Televisão – ABERT), Luiz Otávio Vasconcelos Prates (Diretor-Presidente do Sindicato Nacional de Empresas de Telecomunicações por Satélite – SINDISAT), Igor Rodrigues Britto (Advogado do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor – IDEC), Marcio Patusco Lana Lobo (diretor de Atividades Técnicas do Clube de Engenharia), João de Moura Neto (presidente da Federação Interestadual dos Trabalhadores e Pesquisadores em Serviços de Telecomunicações – FITRATELP) e a senhora Flávia Lefèvre Guimarães (conselheira da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor – PROTESTE).

Comissão Mista da Medida Provisória nº 818/2018 (“CMMPV 818/2018”)

• **Mobilidade Urbana.** A CMMPV realiza em 8 de maio, às 15 horas, reunião deliberativa para apreciação do relatório do deputado Fausto Pinato (PP-SP) na Medida Provisória nº 818/2018 que trata sobre mobilidade urbana. **Acesse em:** <https://goo.gl/2akgfm>.

Comissão Especial do Projeto de Lei do Senado nº 487/2013 – Reforma do Código Comercial

• **Audiência Pública. Código Comercial.** A Comissão Especial realiza em 9 de maio, às 14h30, audiência pública para debater desconsideração da

personalidade jurídica, provas no PLS 487/2013 e sua compatibilidade com o Código de Processo Civil e contratos do agronegócio. Foram convidados os senhores Alexandre Reis Siqueira Freire (professor de Direito Processual Civil da Universidade de São Paulo), Ronaldo Eduardo Cramer Veiga (professor de Direito Processual Civil e Direito Falimentar da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro), Sávio Rafael Pereira (coordenador-geral de Fibras, Oleaginosas e Borracha do Departamento de Comercialização e Abastecimento da Secretaria de Política Agrícola), Rafael Nichele (membro do Conselho de Assuntos Tributários, Legais e Cíveis da Federação das Indústrias do Estado do Rio Grande do Sul), Gustavo Ramiro Costa Neto (presidente da Comissão Especial de Análise do Novo Código Comercial do Conselho Federal da OAB) e Marcelo Barreto (consultor jurídico da Confederação Nacional do Comércio).

NOVOS PROJETOS DE LEI

Seguem abaixo as novas proposições legislativas protocoladas no Congresso Nacional na semana passada e que são de interesse ao ambiente empresarial.

Câmara dos Deputados

• **MEI. Reajuste de Receita.** O Projeto de Lei nº 502/2018 altera o Estatuto da Micro e Pequena Empresa para estabelecer reajuste do limite de receita bruta anual para opção pelo regime especial do Microempreendedor Individual – MEI. **Acesse em:** <https://goo.gl/9vuyaf>.

Senado Federal

• **Transparência de Agências Reguladoras.** O Projeto de Lei do Senado nº 214/2018 altera a Lei nº

10.233/2001 (Lei da reestruturação dos transportes aquaviário e terrestre) e a Lei Geral de Telecomunicações para dar publicidade ao processo administrativo para apuração de infrações e aplicação de penalidades das agências reguladoras de transporte terrestre e aquaviário e de telecomunicações, bem como para atualizar o valor máximo das multas. **Acesse em:** <https://goo.gl/33Pbss>.

• **Imposto de Renda Retido.** O Projeto de Lei do Senado nº 215/2018 altera a Lei nº 9.249/1995 (Lei do IRPJ) para prever a incidência do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte sobre os lucros e dividendos pagos, creditados, entregues, empregados ou remetidos a beneficiário, pessoa física ou jurídica, residente ou domiciliado no exterior. **Acesse em:** <https://goo.gl/SwiECH>.

Calendário do Conselho Diretor/Diretoria 2018

Evento	Data	Local
Reunião da Diretoria	07/06/18	São Paulo
Reunião da Diretoria	26/07/18	Rio de Janeiro
Reunião do Conselho Diretor	30/08/18	São Paulo
Reunião da Diretoria	04/10/18	São Paulo
Reunião do Conselho Diretor	29/11/18	São Paulo

SIMPLIFICAÇÃO DO DISCLOSURE DAS COMPANHIAS ABERTAS: REDUÇÃO DE CUSTOS E AUMENTO DA EFICÁCIA

Suas ideias e sugestões poderão ser a base dos aperfeiçoamentos. Participe deste projeto da Abrasca.

Em colaboração com a CVM, a B3 e o CPC, a Abrasca convida suas associadas a trabalhar em conjunto no aperfeiçoamento da prestação de informações obrigatórias pelas companhias. O objetivo é melhorar a eficácia do processo de disclosure: redução do seu custo e aumento da eficiência, um diferencial competitivo para atração de investimentos.

Observe as dificuldades, deficiências, desperdícios, problemas e pontos passíveis de aperfeiçoamento. Envie suas sugestões ou solicite uma reunião pelo email simples@abrasca.org.br.

